

Economia

RS 5,5 BILHÕES
BYD fará investimento maior no país

Valor é 83% superior ao anunciado inicialmente pela montadora chinesa



DEVO, NÃO NEGO

DÍVIDA DOS ESTADOS

Fazenda aceita negociar, mas não abre mão de correção pela inflação. E quer contrapartida

VICTÓRIA ABEL E VINÍCIUS NEDER
comentários@oglobo.com.br

A equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não abre mão de um índice de inflação, como o IPCA, para corrigir a dívida dos estados, no projeto de lei que pretende enviar ao Congresso. A proposta apresentada pelos governadores do Sul e do Sudeste — de correção fixa de 3% ao ano — foi considerada inviável por auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Hoje, a correção das dívidas é feita pela IPCA mais 4% de juros ou pela Taxa Selic. Aliados de Haddad reconhecem que o índice é alto, mas não consideram razoável o patamar proposto pelos governadores. O Ministério da Fazenda deve enviar ao Congresso ainda no primeiro semestre projeto de lei para renegociar os valores. Haddad deve apresentar o texto a Lula antes de levar aos governadores.

— Só estou dependendo de uma agenda com o presidente Lula. Ao contrário, convoco reunião com eles para iniciar a negociação — disse Haddad.

INVESTIMENTO ESTRUTURAL

O projeto de lei deve trazer a obrigação de governadores aplicarem eventuais sobras orçamentárias, decorrentes da renegociação, em investimentos estruturais no estado, e não com aumento de gastos com pessoal, por exemplo. Na reunião ministerial de ontem, Haddad reforçou a Lula que a proposta de revisão das dívidas estaduais será atrelada à necessidade de investimentos sociais prioritários. No início do mês, o governador Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, liderou as negociações com Haddad em nome dos estados do Sul e Sudeste. Após o encontro, o ministro passou a elaborar a contraproposta aos governadores. O resultado deve ser apresentado em nova reunião entre Haddad e governadores no dia 26 deste mês.

— Temos reunião marcada com o ministro Haddad para o dia 26, em que esperamos conhecer a proposta do governo. Vamos aguardar a reunião e avaliar o que venha a ser apresentado — disse Leite ao GLOBO.

Semana passada, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, se reuniu com Haddad para tratar da renegociação de dívidas. Minas Gerais também cobra nova forma de cálculo para o montante que deve à União. Os débitos do estado comandado por Romeu Zema passaram de R\$160 bilhões.

No caso de Minas, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem atuação como interlocutor e apresentou proposta de renegociação a Lula, em novembro. Alternativa considera, além da mudança de correção, a possibilidade de transferência para a União de ativos do estado, como imóveis, e desconto do saldo remanescente da dívida para o pagamento em dez anos. Deve prevalecer a proposta acordada pela Fazenda.

Fara Felipe Salto, economista-chefe da corretora e gestora Warren Investimentos, não é indexadores das dívidas dos estados com a União repetirá um erro que tem sido cometido de tempos em tempos no país. Desde 1997, quando foi feita a primeira grande renegociação e consolidação após o Plano Real, sempre que os governadores enfrentam desequilíbrios nas contas, recorrem ao governo federal em busca de alívio no pagamento das dívidas, e conseguem repactuações que valem para todos.

— Não podemos perder a oportunidade de tentar dar uma solução mais estrutural para o problema das dívidas dos estados, e olhando caso a caso — afirmou Salto. Para o economista, o problema cíclico do pagamento dos estados de dívidas com a União foi agravado pela lei, de meados de 2022, no contexto das eleições presidenciais, que limitou a cobrança do ICMS sobre combustíveis e a conta de luz, o que "bagunçou o concreto das contas públicas".

— Se já tínhamos problemas federativos, isso foi um problema adicional, com a União querendo meter a colher na cumbuca dos estados — disse Salto.

A SITUAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Os estados têm contas desequilibradas, com muitos gastos concentrados em pessoal.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Resultado em 2023, em % (receitas realizadas menos despesas obrigatórias, como proporção da receita corrente líquida)

O PESO DAS DÍVIDAS NAS DESPESAS

Os estados com déficit em suas contas têm despesas que ultrapassam 100% das receitas



Fonte: Secretaria de Tesouro Nacional, com dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

LUCIANA DE ALMEIDA

O limite na cobrança do ICMS sobre combustíveis e a Reforma Tributária têm servido de argumento para os governos estaduais aumentarem tributos. Dez estados e o Distrito Federal farão elevações ao longo do ano, segundo levantamento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz).

CASOS EXTREMOS

Oeconomista Fabio Giambiagi, especialista em contas públicas e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicou artigo em 2020 defendendo alongamento generalizado das dívidas dos estados com a União, em até 60 anos. Segundo Giambiagi, de lá para cá, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul seguem em difícil situação, diante do tamanho da dívida e dos elevados gastos com pessoal, incluindo Previdência dos servidores. O alongamento permitiria redução na parcela mensal paga à União, mesmo que os juros se mantivessem. Por isso, Giambiagi defende alongamento apenas para esses três estados, "casos extremos".

— Não faz sentido estado que deve pouco pagar em 50 anos, nem o estado vai querer.

O governo de São Paulo aderiu à proposta feita pelo Rio Grande do Sul. A Secretaria de Fazenda e Planejamento de São Paulo informou que, mesmo diante da ação do governo federal sobre a tributação de combustíveis com o ICMS, em 2022, o governo paulista não elevou tributos para recuperar arrecadação.

Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio, de 1998 a 2022, "enquanto a receita de ICMS cresceu 707%, a dívida teve alta de 2.466%". Por isso, a proposta de renegociação endossada pelo governador Claudio Castro passa por uma revisão na metodologia de correção monetária da dívida. Nas contas da secretaria, se fosse aplicada uma variação mensal, no lugar do modelo atual, a dívida poderia ser reduzida em 15%, ou R\$ 22 bilhões a menos.

Haddad prepara mudanças no IR sobre aplicações financeiras

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que pretende enviar ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, um projeto de lei para disciplinar a tributação sobre aplicações financeiras, como parte do pacote de reforma do Imposto de Renda. Uma outra proposta que trata sobre dividendos, contudo, deverá ser apresentada ape-

nas mais para frente. Segundo Haddad, ainda este ano. O ministro disse que a proposta sobre aplicações financeiras já está acertada com o mercado e passará pelo crivo da Casa Civil hoje.

— Vamos encaminhar para a Casa Civil um projeto sobre aplicações financeiras, pactuado com o mercado financeiro, para disciplinar a renda sobre aplicações financeiras. Vamos

mandar como projeto de lei. Já bastante amadurecido com o mercado financeiro, para a gente ter uma isonomia em relação às aplicações financeiras.

DIVIDENDO PARA DEPOIS

O ministro da Fazenda reforçou que não seria viável enviar um único PL para todas as mudanças necessárias no IR, por isso, as propostas serão encaminhadas em projetos

diferentes ao longo do ano.

— Ao longo dos meses vamos continuar enviando para o Congresso Nacional as leis que se referem à renda e à folha (de pagamentos), não dá para ter uma lei só. É muito complexo e muita coisa para ser disciplinada. Já enviamos um projeto para aumentar a faixa de isenção do IRPF, isso tudo faz parte de uma lógica para ir aperfeiçoando o IR. Haddad destacou que um

projeto de lei para taxação de dividendos será enviado ainda neste ano ao Congresso, mas que ainda são necessários mais estudos. O ministro explicou que o mesmo texto vai trazer as mudanças no Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Física, para evitar tributação duplicada.

— No que diz respeito ao IR de dividendos, isso vai exigir mais estudos, porque não pode ter uma bi-

tributação — afirmou.

Haddad afirmou que a regulamentação da Reforma Tributária sobre consumo deve ser encaminhada ao Congresso por meio de dois projetos de lei. Antes, o ministério cogita enviar até quatro projetos, mas aliados de Haddad entendem que um número menor de propostas vai facilitar a tramitação nas casas legislativas. O número menor de propostas também melhora o diálogo da Fazenda com os relatores designados para cada proposta, podendo, inclusive, ser o mesmo deputado.